

FDTE MANTÉM EM SIGILO TOTAL SUA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Almir Teixeira e Vinícius Rodrigues Vieira
Equipe da Revista Adusp

Daniel Garcia



Única a não enviar dados ao GT Fundações da Reitoria em 2003, a fundação privada vinculada à Escola Politécnica nega-se pela segunda vez a prestar informações à Revista Adusp, agora alegando orientação do Promotor de Fundações (na foto acima, nossos repórteres entrevistam os diretores da FDTE). O segredo tem a cumplicidade de autoridades da Poli, como o vice-diretor Ivan Falleiros, que recusou-se a fornecer cópia dos convênios com a fundação. A receita da FDTE pode ter superado R\$ 22 milhões em 2004

A Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) pode ter movimentado, somente em 2004, R\$ 22,5 milhões, dos quais apenas 7% teriam sido repassados à USP. Só em projetos e cursos ligados à Escola Politécnica (Poli), as cifras chegariam a R\$ 10,3 milhões, segundo cálculo feito pela reportagem com base em dados fornecidos pela direção da unidade. Do total, cerca de R\$ 8 milhões (77%) referem-se aos cursos do Programa de Educação Continuada em Engenharia (Pece) da Poli, administrados pela fundação desde 2003 e entre os quais predominam os cursos do tipo MBA (*Master of Business Administration*) (vide p. 78).

A *Revista Adusp* viu-se obrigada a estimar o total movimentado pela FDTE, pois a fundação, repetindo o que já fizera em 2001, recusa-se a fornecer os dados relativos às suas receitas e despesas. Desta vez, Edith Ranzini, professora aposentada da Poli e sua presidenta, alega que a fundação foi orientada pelo promotor Paulo José de Palma, do Ministério Público Estadual, a não divulgar sua movimentação financeira. “O Paulo falou assim: *Olha, não vamos alimentar*”, diz a professora Ranzini, em entrevista que concedeu à *Revista Adusp* ao lado do professor Marcos Barretto, diretor-tesoureiro da FDTE, na sede da fundação, que ocupa um andar inteiro de um prédio comercial da Avenida Bri-

gadeiro Faria Lima, uma das zonas mais valorizadas da capital.

“A gente está prestando uma série de esclarecimentos ao doutor Palma, que não só fez reuniões com todas as fundações, mas também solicitou por escrito as informações, dizendo que o levantamento de dados está correndo em segredo de justiça”, declara a presidenta da FDTE. “Talvez, se não houvesse essas investigações que estão ocorrendo, a gente ia [sic] dar uma série de outras informações. O problema é a conjuntura”, argumenta. Em 2001, o então diretor-presidente da fundação, o professor Nelson Zuanella, também não forneceu dados à reportagem da

A fundação considera muito altas as taxas cobradas pela USP e pela Poli sobre os projetos e cursos administrados por terceiros e que “afugentaram muitos projetos”

Revista Adusp (edição 24), alegando que, “como instituição privada, que mantém contratos com empresas privadas e estatais contendo as habituais cláusulas de confidencialidade, a FDTE não divulga os dados econômico-financeiros solicitados”.

“Vocês são contra tudo”, critica a docente, referindo-se às posições políticas da *Adusp*. “Se acham que as coisas estão erradas, não adianta ir em cima das fundações”, acrescenta, elogiando em seguida a decisão da entidade de encaminhar ao Ministério Público Estadual denúncia contra os cursos pagos. “Deixa os órgãos que estão investigando

trabalhar com calma”, afirma a professora Ranzini. “Para que ficar alimentando para gerar mais ruído?”, pergunta, porém, questionando reportagens publicadas no *Informativo Adusp* e na *Revista Adusp*.

A nova recusa da FDTE a fornecer informações a respeito de sua movimentação financeira levou a *Adusp* a levantar alguns dados registrados em cartório ou fornecidos pela diretoria da Poli. A reportagem teve acesso ao “Relatório anual de atividades 2001”, arquivado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da capital paulista, em que há um quadro completo das movimentações da FDTE naquele ano. Entre outros dados, o relatório apresenta uma receita anual de R\$ 12.813.278,61 e um superávit de R\$ 880.251,83, maior do que os repasses efetuados à USP no período, que totalizaram R\$ 767.869,40.

Atualmente, devem ser repassados à escola 13% da renda obtida por todos os projetos e cursos desenvolvidos na unidade, mas administrados por terceiros. O percentual é repartido da seguinte forma: 5% cabem à Reitoria, enquanto o restante permanece na própria unidade, sendo 3% para a diretoria e 5% para o departamento onde o projeto foi realizado. Tomando como base as normas acima descritas e o valor repassado em 2001, pode-se calcular o valor administrado pela fundação nesse ano, só em projetos com a universidade, em R\$ 5,9 milhões.

Tal quantia (R\$ 5,9 milhões) corresponde, por sua vez, a 46% do total

Tabela 1 - Arrecadação FDTE (2001-2004) em R\$

Ano	Projetos ¹	PECE ²	Total movimentado c/USP	Total movimentado pela FDTE ³	Superávit FDTE ⁴
2001	5.906.687,69		5.906.687,69	12.813.278,61	880.251,83
2002	5.258.165,67		5.258.165,67	11.430.794,93	788.724,85
2003	869.400,00	6.748.446,00	7.617.846,00	16.560.534,78	1.142.676,90
2004	2.365.920,00	7.990.000,00	10.355.920,00	22.512.869,57	1.553.388,00

(1) Estimado, para 2001, com base nos repasses feitos à USP no mesmo ano, considerando que estes corresponderam a 13% do total movimentado com a universidade. Para os demais anos, valores estimados a partir dos repasses à direção da Poli.

(2) Em 2001 e 2002, o Pece foi administrado pela Fusp. Valores repassados pela diretoria da Poli

(3) Estimativa para 2002, 2003 e 2004 feita considerando que o valor movimentado pela fundação com a USP é de 46% do faturamento total no mesmo ano, tal como ocorreu em 2001.

(4) Estimado para os anos de 2002, 2003 e 2004, considerando-se, tal como ocorreria em 2001, 6,9% do faturamento global da fundação em cada um dos anos citados.

movimentado pela FDTE no mesmo ano (R\$ 12.813.278,61). Considerando a mesma proporção, pode-se estimar a movimentação total da fundação em 2004 em cerca de R\$ 22,5 milhões, já que as cifras referentes à Poli alcançaram R\$ 10,3 milhões, incluída a arrecadação do Pece (**Tabela 1**).

Ainda em 2004, a FDTE repassou à USP R\$ 1,5 milhão, ou seja, só 7% de seu faturamento global estimado. Além desse valor, a diretoria da escola informa também ter recebido cerca de R\$ 500 mil, referentes ao superávit do Pece, sem considerar os equipamentos adquiridos em virtude dos projetos desenvolvidos. Em taxas de administração, a FDTE recolheu cerca de R\$ 600 mil em 2004 (**Tabela 2**).

Também é possível estimar o *superávit* da FDTE para 2004 com base naquele obtido em 2001, que foi de R\$ 880.251,83 ou 6,9% das receitas auferidas no ano. Tomando-se a mes-

ma proporção, chega-se, em 2004, a um *superávit* estimado em R\$ 1,5 milhão, igual ao valor repassado à USP.

Apesar das cifras vantajosas, a fundação considera muito elevadas as taxas cobradas pela universidade e pela Poli sobre os projetos e cursos administrados por terceiros. “Essas taxas afugentaram muitos projetos”,

“Até taxas não cobradas a gente pagava. Nós fomos pioneiros nessa história de pagar taxa”. Houve também a doação de equipamentos, bem como a compra de outros necessários ao desenvolvimento de projetos, que acabaram sendo incorporados ao patrimônio da Poli.

A docente ainda menciona um programa de bolsas em iniciação tecnológica mantido com recursos da fundação. O regimento interno desta determina que as bolsas sejam concedidas a alunos carentes de escolas de engenharia. Ela ressalta que a oferta é reduzida e que o programa não

é amplamente divulgado “porque a procura seria muito grande”, não havendo condições de atender a todos.

“E tem a parte intangível. Hoje, se você for relacionar os professores da Escola Politécnica, vai ver que muitos deles começaram como estagiários em projetos da FDTE, depois a gente contratava como engenheiro”,

A “parte intangível” da contribuição da FDTE à Poli seria, segundo Edith Ranzini, que “muitos professores começaram como estagiários em projetos da FDTE, depois a gente contratava como engenheiro”

protesta a professora Ranzini, “principalmente quando os patrocinadores são as empresas privadas”. Ela ressalta que questiona o valor das taxas, não a sua existência. “Desde o primeiro convênio com a Escola Politécnica, a gente fez questão de escrever que haveria recolhimento de taxas”, diz a docente.

Tabela 2 - Repasses da FDTE à USP (2001-2004) em R\$

Ano	Fundação ¹	Repasses à USP				Total movimentado c/USP
		Departamentos ²	Diretoria-Poli ³	Reitoria ⁴	Total	
Projetos						
2001	354.401,26	295.334,38	177.200,63	295.334,38	767.869,40	5.906.687,69
2002	315.489,94	262.908,28	157.744,97	262.908,28	683.561,54	5.258.165,67
2003	52.164,00	43.470,00	26.082,00	43.470,00	113.022,00	869.400,00
2004	141.955,20	118.296,00	70.977,60	118.296,00	307.569,60	2.365.920,00
Pece						
2003	401.030,00	520.695,30	202.453,38	337.422,30	1.060.570,98	6.748.446,00
2004	459.130,00	584.471,00	239.700,00	399.500,00	1.223.671,00	7.990.000,00
Total						
2001	354.401,26	295.334,38	177.200,63	295.334,38	767.869,40	5.906.687,69
2002	315.489,94	262.908,28	157.744,97	262.908,28	683.561,54	5.258.165,67
2003	453.194,00	564.165,30	228.535,38	380.892,30	1.173.592,98	7.617.846,00
2004	601.085,20	702.767,00	310.677,60	517.796,00	1.531.240,60	10.355.920,00

(1) A FDTE cobra uma taxa de administração de 6% do volume de recursos arrecadados por cada projeto curso. Os valores referentes à projetos foram calculados com base nessa informação

(2) De acordo com as regras da Poli, os departamentos devem receber 5% dos recursos referentes a projetos desenvolvidos em suas dependências. Foi com base nisso que se chegou aos valores sobre projetos citados nessa coluna da tabela.

(3) A diretoria da Poli fica com 3% dos recursos. No que se refere a projetos, os dados de 2002 a 2004 aqui publicados foram repassados pela Assistência Técnico-Financeira da unidade. O referente a 2001 foi calculado com base no valor repassado à USP registrado no balanço contábil da fundação no mesmo ano.

(4) A Reitoria recebe 5% do total arrecadado em projetos e cursos com a universidade.

completa. Porém, ela reconhece que nem todas as fundações contribuem tanto para a universidade.

“A gente se orgulha dos trabalhos que fez”, entre os quais estaria o primeiro computador nacional, o *Patinho Feio*, surgido nos anos 1970. De acordo com a dirigente da FDTE, as “sobras” da verba desse projeto permitiram adquirir, em 1974, o imóvel da Avenida Faria Lima que hoje abriga a sede da fundação. O professor Barretto destaca que, à época, o local não era tão valorizado quanto hoje.

O espaço foi alugado por algum tempo. Desde 1988, abriga toda a administração da FDTE. A professora Ranzini não acha estranho a fundação ter conseguido adquirido móveis pouco tempo após o início de suas atividades em 1972. “Aliás,

quanto mais patrimônio e recurso uma fundação como a nossa consegue manter, mais coisas a gente conseguiria fazer de benefício. Eu gostaria de ser uma Fundação Ford, uma fundação sei lá o que, para dar bolsa, para realmente ajudar”.

Entre os objetivos da FDTE expressos no Estatuto de 1972 estava o de “colaborar, pelos meios adequados, com os institutos educacionais, com as universidades e com as instituições públicas e privadas, em programas de desenvolvimento tecnológico a serem realizados na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo” (Artigo 1º, item a).

Enquanto demonstrava o interesse da fundação em trabalhar com outras universidades e empresas pri-

vadas, o Estatuto cometia o deslize de determinar que os programas devem ser realizados “na” Escola Politécnica. Nova redação, em agosto de 1995, inseriu a palavra “prioritariamente”, para indicar o grau de dedicação da FDTE à USP.

Por 29 anos, coube ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Poli, antigamente denominado Conselho Interdepartamental, a obrigação de indicar os membros do Conselho Curador da FDTE. Tratava-se de uma clara interferência de uma entidade privada em um órgão público, formado por funcionários públicos — os docentes que compõem o CTA da Poli. O dispositivo foi retirado do estatuto em 2001.

O vice-diretor da Poli, professor Ivan Falleiros, recusou-se a fornecer

PECE ARRECADOU R\$ 8 MILHÕES EM 2004

O Programa de Educação Continuada em Engenharia (PECE) arrecadou, em 2004, 16% a mais do que no ano anterior. Foram quase R\$ 8 milhões, frente aos R\$ 6,7 milhões em 2003 (Tabela 3). Trata-se de um programa da própria unidade, a qual sempre entrega sua administração a alguma fundação vinculada à universidade. De acordo com o diretor da Poli, professor Vahan Agopyan, a FDTE foi escolhida para administrar os cursos em 2004 devido à taxa proposta, de 6% do faturamento. Nesse ano, isso correspondeu a R\$ 460 mil.

O professor Agopyan explica que todo ano “briga” com as fundações por uma taxa mais baixa: “Neste ano eu acertei 6%”. O professor diz que tem dificuldades com a Fusp, que em 2004 “de novo, queria 10%”. Esse foi o índice anual cobrado pela fundação para administrar o PECE entre 1996 e 2002. “De vez em quando a Vanzolini, para algumas coisas, abaixa o valor”, acrescenta o diretor da Poli.

O PECE teve, em 2004, um lucro de quase R\$ 930 mil (11,6% do faturamento), valor que, segundo o diretor da Escola Politécnica, professor Vahan Agopyan, foi integralmente repassado à unidade. Isso representa um aumento de 35% em relação ao obtido no ano ante-

rior (R\$ 600 mil). Porém, ambos os valores são inferiores ao obtido em 2002 (R\$ 966 mil).

Além do que, a Poli recebeu, em 2004, cerca de R\$ 825 mil referentes aos repasses que a FDTE é obrigada a fazer à unidade, com base em parâmetros determinados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão para cursos de extensão.

O PECE oferece 13 MBAs e cinco programas de especialização. Tem cerca de 1.000 alunos, dos quais 75% freqüentam os MBAs. Nesta modalidade, cada aluno desembolsa em torno de R\$ 17 mil para cursos com carga mínima de 420 horas/aulas e duração de dois anos. Segundo a diretoria da Poli, 500 alunos recebem diplomas de especialização por ano.

Embora os cursos de especialização custem em média 30 parcelas de R\$ 600, o professor Agopyan considera que os valores do PECE são relativamente baixos. Segundo o professor, metade do corpo docente é de fora, mas os responsáveis pelas disciplinas são sempre professores da USP. “A Poli foi uma das pioneiras em educação continuada. Toda boa escola de engenharia costuma ter mais alunos de educação continuada do que aluno de graduação, porque, é lógico, em engenharia você não pode parar”.

Tabela 3 - Programa de Educação Con

Item	
Receita	
Despesas diretas*	
Despesas indiretas**	Coordenador Geral
	Material Permanente
	Publicidade
	Outros
Total Desp. Indiretas	
Fundação	
USP	Reitoria
	Poli (Diretoria)
	Poli (Departamentos)
Total de repasses à USP	
Saldo	

Fonte: Escola Politécnica. Nota: até 2002, o Pece era

Sobre o motivo da cobrança dos cursos, o professor Agopyan diz que é impossível realizar a educação continuada sem receber dos alunos. “Eu posso não cobrar”, diz, “só que a USP precisa me dar mais 100 professores e mais 50 funcionários”. Ele argumenta que, mesmo que a USP lhe desse os professores, haveria o problema de contratar docentes externos. Segundo o professor, “a universidade não possui um mecanismo para contratações esporádicas”. Além do que, prossegue, a especialização deve ser cobrada por atender a profissionais e empresas que podem custear os cursos.

tinuada em Engenharia (Pece), 1999-2004 — Receitas e despesas em R\$

2001		2002		2003		2004	
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
4.082.000,00	100,0%	6.276.305,00	100,0%	6.748.446,00	100,0%	7.990.000,00	100,0%
Despesas							
1.793.593,00	43,9%	2.815.719,00	44,9%	2.917.465,00	43,2%	3.435.963,00	43,0%
72.780,00	1,8%	78.753,00	1,3%	80.400,00	1,2%	88.440,00	1,1%
170.000,00	4,2%	134.928,00	2,1%	168.738,00	2,5%	285.877,00	3,6%
125.000,00	3,1%	150.620,00	2,4%	214.225,00	3,2%	205.189,00	2,6%
906.184,00	22,2%	965.396,96	15,4%	1.304.918,00	19,3%	1.365.446,00	17,1%
1.273.964,00	31,2%	1.329.697,96	21,2%	1.768.281,00	26,2%	1.944.952,00	24,3%
Repasses							
352.684,00	8,6%	500.364,00	8,0%	401.030,00	5,9%	459.130,00	5,7%
188.316,00	4,6%	82.335,00	1,3%	337.422,30	5,0%	399.500,00	5,0%
76.405,00	1,9%	188.289,15	3,0%	202.453,38	3,0%	239.700,00	3,0%
210.534,00	5,2%	393.815,25	6,3%	520.695,30	7,7%	584.471,00	7,3%
475.255,00	11,6%	664.439,40	10,6%	1.060.570,98	15,7%	1.223.671,00	15,3%
186.504,00	4,6%	966.084,64	15,4%	601.099,02	8,9%	926.284,00	11,6%

administrado pela FUSP.

Por outro lado, ele defende que a Graduação permaneça gratuita, porque “o país precisa de uma elite pensante, para não ser dependente de conhecimento pelo resto da vida. Nunca se pode

comprar uma ‘caixa-preta’. Temos de ter pessoas que entendam de determinada tecnologia, ainda que não se tenha domínio sobre ela”.

Chama a atenção o fato de que a despesa com o item *coordenador geral* corresponda, entre 2001 e 2004, a um valor entre 1% e 2% do total arrecadado pelo Pece. O

“Por decisão do CTA da Poli, coordenador nenhum pode receber acima de um limite, atualmente o salário base de um MS6 [R\$ 7.800]”, informa o diretor Vahan Agopyan

professor Agopyan esclarece que o item “não é uma pessoa única, tem todo ano dezenas de coordenadores” e que “por decisão do CTA da Poli, nenhum coordenador pode receber um valor acima de um limite estabelecido, atualmente o salário base de um MS6 [cerca de R\$ 7.800 em dezembro de 2005], in-

dependentemente do sucesso do seu curso”.

Ainda sobre a remuneração dos profissionais que trabalham no Pece, inclusive professores, a professora Edith Ranzini, diretora-presidente da FDTE,

declara, sem citar valores: “O que eles pedem é aquilo que a gente ouve que o pessoal que dá aula aí fora ganha”. Procurado pela reportagem, o coordenador do Pece, Gilberto Fernandes da Silva, solicitou que a diretoria da Poli fosse procurada para se pronunciar sobre qualquer assunto relacionado ao programa.

cópia dos convênios firmados entre a USP e a fundação. “Eu prefiro que você os peça à FDTE”, disse, recorrendo a um argumento original: “A Poli não tem dificuldade nenhuma em conversar sobre questões que concernem à Poli. Esses convênios concernem a outra entidade. A gente precisa ter reservas”. O diretor, professor Agopyan, prometeu fornecer os documentos, mas afirmou que, antes, teria que solicitá-los à Reitoria. Até o fechamento da edição, porém, a reportagem não teve acesso ao convênio.

Em 2004, a principal atividade da FDTE em relação à USP foi a administração financeira do Pece. Os projetos de pesquisa e prestação de serviços representaram apenas cerca de 22% do valor movimentado pela fundação em atividades que envolvem a USP. A professora Ranzini alega que isso se deve ao fato de 2004

ter sido um ano de entressafra, pois havia poucos projetos que vinham da nova Lei de Informática e ainda não havia aqueles dos Fundos Setoriais, vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que só começariam em 2005, e os da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “A gente cansa de fazer proposta. De repente, eles aprovam um monte de projetos”, justifica.

O professor Falleiros relatou à reportagem que são poucos os projetos da Poli com a FDTE. Já o professor Barretto contesta, apontando que são “40 projetos ativos com a unidade”. Porém, ele mesmo

afirma que, em 2004, “apenas 30% de nossos projetos eram com a Poli”. “Basicamente os projetos que a gente toca na Poli são projetos de extensão [prestação de serviços], não projetos de pesquisa”, esclarece a professora Ranzini.

A redução dos projetos com a Poli parece ser uma constante, conforme se pode concluir de algumas declarações dos diretores da FDTE. Mas, perguntada sobre a importância, no orçamento da fundação, de projetos desenvolvidos sem a Poli (vide **Tabela 1**), a professora Ranzini informa que é “sazonal”. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, sustenta que foi por ter muitos projetos sem a

“A Poli não tem dificuldade em conversar sobre questões que concernem à Poli. Esses convênios concernem a outra entidade”. Explicação dada pelo vice-diretor para esconder o convênio USP-FDTE

participação da Poli que a FDTE negou-se a enviar informações ao GT Fundações em 2003.

“Como a gente não tem atividades só com a Poli, e temos muitos projetos com empresas privadas, a gente não iria enviar informações que deveriam ser sigilosas”, argumenta. “E as informações que envolvem a USP estavam todas com o diretor da unidade. Nós enviamos todo ano um relatório para a Poli com as informações que envolvem a universidade”.

“Nos últimos sete anos, sem exceção, nós recebemos os relatórios da FDTE. Antes disso não sei, porque não acompanhava”, garante o pro-

fessor Agopyan, que destaca que não foi solicitado à Poli o repasse, ao GT Fundações, dos dados referentes à entidade. O diretor ressalta que, caso tivesse recebido pedido dessa natureza, teria repassado as informações, “sem problemas”.

Um indício do aparente distanciamento da fundação em relação à USP é o oferecimento de cursos próprios, particularmente os chamados *in company*, cujas aulas ocorrem na empresa que contratou o serviço para seus funcionários. A professora Ranzini afirma que não depende de iniciativa da USP para a realização de treinamentos em empresas.

Ela também acredita que os alunos de cursos *in company* buscam formação, não diplomas. “Se a empresa privada quer treinamento, ela está pagando, você pensa que a empresa privada está muito preocupada com que cada aluno ganhe um certificado? Ela quer é que você treine a equipe dela. O objetivo não é dar currículo para o funcionário”.

O aumento da presença das fundações, que se deu nos últimos vinte anos, é resultado, para o professor Agopyan, das dificuldades impostas à realização de projetos na universidade e do pequeno montante de recursos públicos disponíveis para investimentos. “Ela usa as fundações para sua agilidade. Sem as fundações estaríamos numa crise total”, afirma o diretor da Poli. Paradoxalmente, acredita que a USP não depende das fundações.

“No passado, nós tínhamos até mais recursos”, lembra o profes-

sor. “A mudança do governo nos últimos anos afetou muito a gente. O país não priorizou ciência e tecnologia. Não daria para tocar uma escola de engenharia de ponta, como nós estamos querendo, sem recursos extra-orçamentários”, argumenta. “Fico muito preocupado porque nós não temos na USP recursos de fato para investimento”, diz o professor. “Uma universidade que gasta 85% com mão-de-obra e sobra 15%, está mal. A universidade do meu sonho é: mão-de-obra no máximo 65%, 25% de custeio e 10% de investimento”.

Segundo o professor Agopyan, em 2004 a FDTE doou à unidade cerca de R\$ 800 mil em pequenos equipamentos e instalações. Para ele, é melhor que a fundação doe equipamentos do que dinheiro à Poli, para que a USP não divida os saldos com outras unidades. “A USP é meio senatorial”, diz. “Os recursos são distribuídos para todas as escolas na mesma proporção”. O repasse anual de verbas para aquisição de equipamentos seria de R\$ 70 mil para cada unidade. Como a Poli tem muitos alunos, o dinheiro é insuficiente, argumenta ele, fazendo-se necessário o repasse das fundações em equipamentos, pois, se houver entrada de numerário em caixa, há a necessidade de se fazer licitações, geralmente demoradas.

O professor destaca que a maioria dos recursos investidos na Poli vem ainda de projetos de pesquisa. “O grosso é o que a gente consegue através de projetos. Em média,

investimos mais de R\$ 10 milhões por ano”. Ele conta que, atualmente, a maioria dos investimentos não vem de recursos públicos. “É mais da iniciativa privada. Eu não estou preocupado em como é que entra”, afirma.

No caso dos recursos públicos, principalmente aqueles oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), fomentadores principalmente de atividades de pesquisa, o professor Agopyan conta que a intermediação da fundação dificilmente pode ser dispensada. Em caso de financiamento de projetos através de fundos públicos, porém, lembra, as fundações não podem cobrar taxa de administração de recursos, segundo

Sobre os valores pagos aos docentes da USP que atuam em projetos geridos pela FDTE, a direção da fundação diz apenas que são vencimentos “de mercado”

exigência da União. A ausência do intermediário, segundo o diretor da Poli, só é viável em grandes projetos, para os quais é possível contratar funcionários administrativos.

Questionado sobre o porquê da manutenção de um intermediário, no caso uma fundação, na relação entre a universidade pública e empresas, o professor Barretto responde que isso é necessário já que a questão está além da competência normativa da universidade. “Na verdade, a gente tem de começar reformulando a própria Constituição”, propõe o tesoureiro. “O problema é um pouco mais complicado do que isso. Há uma possibilidade agora

com as PPPs [Parcerias Público-Privadas] quando essa história andar um pouco mais”, completa.

“A fundação surgiu como um mecanismo para viabilizar, porque na época [anos 1970] era muito complicado trazer recursos extra-orçamentários para eles entrarem na USP e serem canalizados para o desenvolvimento”, explica a professora Ranzini, que reiterou várias vezes na entrevista as supostas contribuições da FDTE à Poli e ao desenvolvimento tecnológico do país, entre os quais o “Patinho Feio”, que teria permitido consolidar a área de sistemas digitais dentro da área elétrica na Poli, o sistema de controle de trens metropolitanos, desenvolvido em parceria com

a Fepasa, e os trabalhos com a Telebrás. “Na área de engenharia, é essencial que você tenha projetos com entidades de fora, sejam elas estatais ou empresas privadas, para trazer esse conhecimento para dentro [da universidade]”, argumenta ela.

Aos professores que atuam em projetos gerenciados pela FDTE, a diretoria da fundação informa que são pagos vencimentos “de mercado”. Sobre os critérios da Cert, responsável por autorizar a participação de docentes em atividades externas à USP, o diretor Barretto sugere que sejam mais restritivos: “Devia só permitir para quem tem atividade na graduação. Isso não quer dizer a Cert não deva cobrar pesquisa”. “Qualquer atividade que não seja a docência, acaba prejudicando a graduação de certa forma”, conclui a professora Ranzini.